

...continua... →

da estimativa) e que, embora concordando que a previsão do governo seria superada, o Cruesp não havia declinado a sua. Após muita insistência e uma razoável dose de desconfortos na equipe do Cruesp, finalmente os reitores indicaram sua proposta de reajuste e as bases com que a formulariam:

- a) O comprometimento acumulado de cada uma das universidades com salários no ano de 2005 deveria ser menor que 90%;
- b) Como de hábito, o Cruesp considera o índice de inflação da Fipe, portanto, tem como parâmetro os 7,94% correspondentes a inflação de abril/04 a abril/05;
- c) Estimava de arrecadação do ICMS de R\$ 37,2 bilhões para 2005.

Com estes parâmetros, o Cruesp declarou que, se o reajuste de 7,94% fosse concedido a partir de maio/05, o comprometimento acumulado da Unicamp com salários ultrapassaria os 90%, chegando a 92,64%. Após muitos pedidos de esclarecimento, todos nem mesmo por parte de todos os membros da equipe do Cruesp parecia haver concordância acerca da proposta, estabeleceu-se que os reitores propunham:

- 1. Reajuste de 4 % em maio/05;
- 2. Em outubro/05, o Cruesp fará uma previsão do ICMS para o ano de 2005, não tendo ficado claro como ela será construída. Teríamos, então, três possibilidades:
- a) Se essa previsão for menor ou igual a R\$ 37,2 bilhões, o reajuste de outubro seria de 0%;
- b) Se ela for de R\$ 37,7 bilhões, teremos um reajuste salarial de 3,79%. Composto com os 4% na data-base, os 3,79% integralizariam os 7,94%, que é o índice Fipe de abril/04 a abril/05;
- c) Caso essa previsão indique mais do que R\$ 37,2 bilhões ou fique entre R\$ 37,2 e R\$ 37,7 bilhões, o Cruesp propõe realizar uma reunião para discussão de um eventual reajuste, que no primeiro caso poderia ser maior que os 3,79% (indicado no item b).

A reação dos representantes do Fórum das Seis foi de indignação. O Cruesp insistiu em manter a formulação que havia sido apresentada e nova negociação foi agendada para 24/5, às 14 horas, devido a compromissos no exterior de todos os reitores.

4% agora = 0% de 2004. Vamos aceitar?!?

○ Índice de 4% em maio/05 constituiu-se em um confisco de ganhos da greve de 2004. Uma provocação explícita por parte dos reitores, que pode ser comparada ao zero que tentaram nos impor no ano passado. Há diversos indicadores que podem ajudar a estabelecer essa constatação. O índice do Dieese para o período abril/04 a abril/05 é de 8,49%; se descontarmos deste valor os 4% oferecidos pelo Cruesp, obtemos 4,32% (que é maior do que os 4,18% que conquistamos em maio e junho/04).

O reitor da Unesp e atual presidente do Cruesp, Marcos Macari, havia declarado a possibilidade de descontar (III), na data-base de 2005, o reajuste de 2,76% conquistado em janeiro/05, por meio da fórmula negociada no ano passado. Pois bem: se descontarmos os 2,76% do índice Fipe de 7,94%, obtemos 5%; caso utilizemos o ICV-Dieese (8,49%), chegaremos a 5,56%. Está clara a insuficiência aguda que caracteriza a proposta de 4% de reajuste na data-base de 2005, bem como o seu caráter de confisco dos ganhos que obtivemos em 2004. Além disso, a proposta concreta de política salarial (possível índice em outubro/05) é a perda líquida de poder aquisitivo da remuneração de docentes e funcionários. O processo inflacionário é contínuo e o eventual reajuste em



out/05 apenas completaria um índice que deveria estar incluído no reajuste de data-base, pois corresponde à perda entre abril/04 e abril/05.

Eles querem financiar a universidade via arrocho salarial

Uma das bases fundamentais para os 4% propostos pelo Cruesp é a velha tática, perversa e inaceitável, de financiar a operação da universidade via arrocho de salários. Um dos motivos alegados pelos reitores para o reajuste proposto é o comprometimento acumulado da Unicamp, juntamente com o requisito de que, em todas as universidades, este parâmetro seja menor que 90%. Ora, nunca consideramos

este como valor adequado. Defendemos - há muitos anos - que o comprometimento com salários seja da ordem de 75% da receita fiscal da universidade, possibilitando o exercício efetivo da sua autonomia. Mas isso, obviamente, deve estar sempre associado ao indispensável aumento do investimento no ensino superior público.

Ao mesmo tempo e no mesmo movimento, repudiamos energeticamente que o aumento das verbas de custeio e investimento seja obtido através do arrocho de salários, pois esta artimanha, frequentemente originária de visões toscas ou privatizantes do serviço público, compromete, entre

outros malefícios, a formação e a manutenção dos quadros da universidade, certamente o seu maior patrimônio.

A comunidade sempre foi à luta por mais verbas. Já os reitores...

Nossa ação na Assembleia Legislativa de São Paulo tem sido sempre no sentido de aumentar o investimento na educação pública como um todo. E, no ensino superior público paulista, em especial, defendemos o aumento significativo das vagas. Infelizmente, nem sempre temos contado com a colaboração dos reitores neste embate, travado, essencialmente, contra os governos estadual e federal.

Importante também indagar a origem do crescimento do comprometimento com salários na Unicamp. O Fórum já havia detectado, nos últimos três anos, um incremento maior da folha da Unicamp do que das outras universidades estaduais, em média cerca de 3,2% ao ano. Durante a reunião de negociação, nossas suspeitas foram confirmadas, pois a Unicamp, a mais jovem entre as três universidades paulistas, já alcançou um pico de contratações há vinte anos. Assim, a sexta parte à qual têm direito docentes e funcionários estatutários (um acréscimo de 20% no salário após 20 anos de serviço) está tendo um efeito significativo no crescimento da folha. Ao mesmo tempo, estão pagando muitas licenças-prêmio e ainda não entrou "em regime" o percentual de participação dos aposentados na folha de pagamento. Fatos previsíveis como esses, que deveriam ter sido antecipados pelos gestores da Unicamp e que mereciam providên-

cias concretas para ampliação de verbas, estão hoje sendo usados como parte da justificativa para o arrocho proposto pelo Cruesp.

Eganam-se redondamente os reitores se pensarem que docentes e funcionários das estaduais paulistas irão aceitar a utilização do exercício de direito à sexta parte ou licenças-prêmio e, ainda, da progressão na carreira, para justificar os 4% colocados em cima da mesa de negociação. Consideramos, isso sim, que era obrigação desses gestores anteciparem-se ao problema, buscando a solução na ampliação da destinação de recursos para as universidades, mesmo que isto desagrade o governador do momento.

Importante registrar que o montante necessário para tanto está longe de ser algo intransponível. Por exemplo, se os atuais 9,57% do ICMS passassem para 9,71%, isto é, um reajuste de 1,5%, e o excedente dos 9,57% fosse repassado em partes iguais à Unesp e à Unicamp (mantendo-se, portanto, a parcela atual da USP dos 9,57%, ligeiramente maior que a metade), desapareceriam os problemas. Neste caso, os orçamentos da Unicamp e da Unesp cresceriam em 3%.

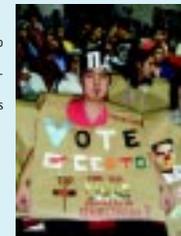
Mas há outra possibilidade à mão (entre muitas). Há muito que o Fórum insiste que o desconto da Habitação (veja box ao lado) antes do cálculo dos 9,57% que serão destinados às universidades é indevido, faltando-lhe mesmo fundamentação jurídica. Neste ano, o montante descontado, antes do cálculo dos 9,57%, é de R\$ 61,7 milhões/mês, um aumento de 51,7% sobre o ano anterior. Isso representa uma perda de cerca de 2% no orçamento de cada universidade, o que possibilitaria, por exemplo,

que o comprometimento da folha da Unicamp ficasse compatível com o das outras universidades. A superestimação de 92,64% de comprometimento acumulado dessa universidade, com a concessão dos 7,94% na data-base, seria reduzida para cerca de 90,8% com os parâmetros propostos pelo próprio Cruesp.

A luta por mais verbas na LDO

Entre as tarefas fundamentais está neste momento esta o embate na Assembleia Legislativa (AL) em prol de nossas propostas históricas e contra novos golpes preparados pelo governo Alckmin contra o ensino superior público. Como em 2004, deveremos estar organizados e presentes para defender:

- Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 11,6% e 10,6% do ICMS para as universidades estaduais;
- Emenda de 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza;
- Emenda de 33% da receita de impostos para o ensino fundamental e médio públicos;
- Aprovação de uma lei estadual, destinando, no mínimo, 9,57% da receita de impostos do estado para as universidades estaduais paulistas;
- Emenda de supressão do Art. 29 da proposta de LDO do governo, que pretende descontar das verbas das universidades estaduais a parte do IPESP. É bom lembrar que o pagamento dos aposentados é feito com os atuais 9,57% do ICMS, sem contribuição adicional do governo estadual, que fica com toda a



Em 2004, a comunidade acadêmica ocupou a Assembleia Legislativa

contribuição previdenciária de professores e funcionários. E o governo Alckmin, mais uma vez, tentando fazer caixa a custo dos serviços públicos essenciais;
- Emenda garantindo o não desconto da Habitação no cálculo do repasse das verbas das estaduais paulistas.

Não temos dúvida de que só a nossa mobilização e organização poderão impedir mais um golpe nos nossos meios de sustento e a ampliação dos recursos destinados ao ensino e pesquisa públicos no estado de São Paulo.

Temos demonstrado recentemente que as universidades precisam de mais recursos para custeio e investimentos. Mas é inaceitável que eles sejam buscados através da contenção de despesas com assistência estudantil ou tunguados do bolso de funcionários e docentes, como pretende o Cruesp. A LDO do governo do estado está na Assembleia Legislativa. O impacto de nossas mobilizações em 2004 ainda é uma imagem viva para a população e para os deputados. Portanto, é fundamental aproveitarmos este momento para retomarmos nossa luta por mais recursos para a educação pública, especialmente para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Paula Souza.

Pior do que o esperado...

Havia temores de que os reitores descontassem agora o reajuste de 2,76% conseguido em janeiro/05. Eles fizeram pior!

Descontando o reajuste de janeiro/05 do índice Fipe, daria 5,04%.

Descontando o reajuste integralmente pago em 2004 (4,18%) do índice Dieese, daria 4,13%.

Em qualquer dos casos o reajuste seria maior que aquele concedido pelo Cruesp até agora.

Conclusão: A proposta do Cruesp é um confisco imediato das conquistas durante de 2004!

ICMS em alta, salários em queda



Gráfico comparativo entre o valor real relativo da arrecadação do ICMS em São Paulo e salários nas universidades estaduais paulistas. O final traçado da curva corresponde à projeção para os próximos meses, considerando-se a inflação média dos últimos seis meses e o método do Fórum das Seis para estimar a arrecadação (www.adusp.org.br).

CURTAS & GROSSAS

A inflação e o reajuste

A inflação acumulada nesta data-base, entre abril/04 e abril/05, é 7,94% (pela Fipe) e 8,49% (pelo Dieese). O reajuste concedido pelos reitores até agora é de 4%.

A previsão deles...

A previsão do Cruesp para o ICMS/05 (37,2 bilhões), classificada como conservadora, significaria um crescimento de 10,7% no repasse as universidades em relação ao ano passado. Ou seja, algo 2,7 vezes maior que o reajuste concedido até agora.

... e a nossa

As previsões de arrecadação do ICMS feitas pelo Fórum das Seis têm sido superadas pelo valor efetivamente apurado mensalmente. Avaliamos que o crescimento da arrecadação 2005 em relação a 2004 deve ultrapassar os 13%. Há, portanto, espaço para um reajuste que recupere o salário de maio/2001 como reivindicamos.

De malas prontas para a Espanha

Ao final da primeira negociação, em 12/5, a surpresa final: os reitores informaram ser impossível nova rodada de negociação antes de 24/5, pois estavam de malas prontas para a Espanha no dia 17/5. A alternativa era o dia 16/5, inviável devido à necessidade de divulgação e discussão ampla, pela comunidade universitária, da proposta feita pelos reitores. Isso não poderia ser feito durante um final de semana. É claro que o Cruesp tem plena consciência deste fato, assim como de sua agenda. A solução respeitosa para todas as partes teria sido iniciar muito mais cedo a negociação da pauta protocolada no dia 4 de abril/05.

A NECESSIDADE DA NOSSA LUTA

Neste quadro, não resta, infelizmente, aos docentes, estudantes e funcionários da USP, Unesp, Unicamp e Ceteesp outra alternativa que não seja a de construir ampla mobilização em todo o estado para reverter a posição do Cruesp, defendendo nossas condições de vida e trabalho e a universidade pública. É importante não permitir que os reitores tirem proveito da intensidade de trabalho que acomete a todos nós, do cansaço natural do movimento de 2004 e das nossas dificuldades cotidianas para impor um arrocho salarial infundado.



Se eles apostam na intransigência, é hora de esquentar a mobilização

**É HORA DE MOBILIZAÇÃO!
DEFENDEREMOS Nossos SALÁRIOS E
MAIS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA!
SE OS REITORES NÃO CEDEREM... GREVE NELES A PARTIR DO DIA 31/5**